

---

## **Comunicação Pública e Educação: A construção de caminhos interculturais no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná<sup>1</sup>**

Juliana Marques BORGHI<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo trazer reflexões sobre a valorização do trabalho realizado pelas instituições públicas de ensino na junção de propostas que contemplem a comunicação pública, a educação e a interculturalidade. Destacados sob o conceito de democracia participativa, estes três eixos teóricos tendem a contribuir para o desenvolvimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná. Problematiza-se, assim, como a comunicação pública pode promover aspectos interculturais em projetos de extensão do NEABI, enquanto uma construção dialógica sobre a formação da identidade brasileira representada nas culturas africanas e indígenas. A explanação conta com operadores teóricos adequados ao tema, e análise de conteúdo, com interpretação dos dados, por meio de observação documental e exploratória.

**Palavras-chave:** comunicação pública; educação; interculturalidade; democracia; coletividade.

### **Introdução**

Como a comunicação pública pode ser desenvolvida e trabalhada junto às instituições públicas de ensino de modo que valorize uma educação participativa, e promova aspectos de construção de conhecimentos e saberes? Esta é a problemática enfatizada na proposta deste artigo.

A reflexão a respeito da comunicação pública enquanto um processo que contribui para o enriquecimento de espaços empíricos dialógicos, que fortaleçam a democracia participativa torna-se essencial para o aprimoramento de planejamentos, propostas e atividades institucionais, que envolvam seus públicos e além.

Segundo Duarte (2007), a comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio legítimo de acesso do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo, sendo este de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPR, e-mail: juliana.marks@hotmail.com.

---

respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas. De acordo com o autor:

“A plenitude da comunicação pública depende da reciprocidade existente entre comunicação e cidadania, mobilizando sujeitos na concretização de aprendizados, saberes coletivos, rompendo formas de opressão e exclusão, construindo caminhos originais da vida coletiva organizada” (DUARTE, 2007, p.113).

Na relação da comunicação pública à educação, portanto, em um compasso de observações de seu desenvolvimento junto às práticas acadêmicas, torna-se relevante enfatizar o conceito de transdisciplinaridade para uma análise mais dinâmica, que aborde uma articulação holística em um espaço de interação que traga aspectos históricos, sociais, culturais, comunicacionais e antropológicos, entre outros.

Sobre a formação do pensamento transdisciplinar Morin (2001) ressalta que já não se pode mais ignorar a penetração, na vida acadêmica, da articulação dos pares binários e da conectividade dos saberes.

No contexto nacional e de instituições públicas de ensino, estes conceitos se complementam de forma insubstituível, pois a contribuição real da comunicação enquanto processo dialógico e crítico fortalece ações educacionais em um movimento recíproco de aprendizado e conscientização social de maneira contínua.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) enquanto instituição pública que preza e destaca sua missão, visão e valores fomentados para o desenvolvimento de ensino de qualidade, atrela o conceito de comunicação pública exposto como primordial para a realização deste trabalho.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)<sup>3</sup> da Instituição, oficializado em 2018 representa um rico espaço que contempla a relação entre leis, conceitos e práticas que tendem a valorizar não apenas o IFPR enquanto entidade que promove ações diversas e participativas junto a seus públicos; mas também pela

---

<sup>3</sup> Resolução nº 71, de 21 de dezembro de 2018 – Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. 2018. Disponível em: <[https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI\\_IFPR-0139417-Resolu%a7c3a7c3a3o-NEABI.pdf](https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI_IFPR-0139417-Resolu%a7c3a7c3a3o-NEABI.pdf)>. Acesso em: 19 set.2020.

construção de um processo educacional que agrega a transdisciplinaridade como elemento fundamental desta relação.

O NEABI-IFPR, deste modo, oferta dentre seus objetivos e planejamentos institucionais, ações que trabalham junto à comunidade acadêmica temas ligados diretamente às culturas afro-brasileiras e indígenas, fortalecendo assim, elementos de da identidade nacional, por meio da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROEPPI).

A interculturalidade enquanto conceito inserida no contexto abordado, torna-se primordial para a valorização das ações realizadas pelos NEABI-IFPR. Collet (2001) a destaca na construção sobre conhecimentos relacionados à antropologia, com o relativismo cultural; e como o reconhecimento do respeito à diferença, sem sobreposições culturais.

A proposta em desenvolver uma pesquisa qualitativa com foco na relação entre educação, comunicação pública e interculturalidade nos provoca enquanto as possibilidades e caminhos diversos, por outras perspectivas e experiências, em uma via de mão-dupla.

As ações do NEABI no IFPR, em especial os projetos de extensão, neste contexto, por meio da comunicação pública, podem vir a enriquecer o pensamento dialógico e democrático sobre os aspectos da cultura afro-brasileira e indígena como fundamentais para a formação da identidade nacional, saberes e representatividades históricas; por meio da participação da comunidade acadêmica e dos atores sociais.

### **Comunicação Pública e Educação**

O desenvolvimento da comunicação nas organizações enfatiza a participação da comunicação pública, nos anos 90, como essencial:

“[...] se as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, suas funções são de: a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social” (ZÉMOR apud BRANDÃO, 2006, p.13).

O desenvolvimento da comunicação pública nas Instituições é um caminho a ser construído de modo em conjunto. A sociedade torna-se protagonista deste processo,

---

contribuindo para que este conceito seja reconhecido e cada vez mais incentivado, de forma estratégica e democrática.

Para Duarte (2009) independentemente da definição de comunicação pública, todas têm um denominador comum: a defesa do interesse público. O autor coloca que esta forma de comunicação deva ser compreendida com um sentido mais amplo do que dar informação, e que a comunicação pública deve propiciar o diálogo.

Sobre a construção do pensamento transdisciplinar, Boaventura de Souza Santos (2008b) traz o conceito da “ecologia dos saberes” quando aborda novas propostas de pensar o conhecimento junto à educação, indo além do campo epistemológico. O conhecimento pragmático se torna necessário em uma relação de complementaridade de conhecimentos de contextos específicos, “só existe conhecimento em sociedade” (SANTOS, 2008b).

Nicolescu (2004) destaca ainda a abordagem sobre caminhos para o pensamento complexo, a partir deste conceito de transdisciplinaridade:

“A transdisciplinaridade, como o prefixo latino trans indica, diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo presente, do qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento” (NICOLESCU, 2004, p. 218).

A comunicação pública e a educação entendidas como um conjunto de ações complementares e primordiais no contexto institucional caracterizam o processo da interlocução entre os atores sociais, propondo caminhos que possam enriquecer as práticas dialógicas.

O NEABI enquanto parte desta construção, em uma relação de troca de conhecimentos por meio das ações que realiza junto aos seus públicos, pode ser diretamente contemplado pela valorização da comunicação pública enquanto promotora de espaços participativos que incentivem a interculturalidade como um eixo que traz novas perspectivas em relação às trocas de saberes entre as culturas africanas e indígenas.

### **A Interculturalidade como Premissa Fundamental**

Na relação complementar entre o conceito proposto de comunicação pública e educação transdisciplinar como processos que valorizam as trocas de conhecimentos e

---

saberes no desenvolvimento de práticas educacionais, à luz dos projetos de extensão do NEABI, destaca-se o terceiro eixo da interculturalidade.

Os trabalhos propostos por estes autores trazem a questão da interculturalidade como uma reflexão que contempla a inclusão e a identidade. O reconhecimento das diferenças nas propostas de construções dialógicas e democráticas nos permitem a reflexão sobre como valorizar a diversidade e a pluralidade em contextos muitas vezes permeados por preconceitos culturais, entre outros. Muitos autores apontam como o conceito de interculturalidade tem um significado ligado tanto à construção de projetos sociais, políticos e epistêmicos, orientados para a descolonização e para a transformação do sistema (PALADINO e CZARNY, 2012).

Para Tubino (2003) a construção da interculturalidade é um encontro humano, onde o diálogo se torna fundamental. A relação, portanto, entre os eixos teóricos propõe analisar qualitativamente como ocorre a interlocução destes ao projeto apresentado.

A Política nacional que permeia o desenvolvimento dos NEABI de acordo com a Lei nº 10.639/2003<sup>4</sup>, em fundamental, vem se fortalecendo não somente pelas mudanças significativas nos currículos de educação nacional; e pela inserção de estudos em âmbito da cultura e da história afro-brasileira, mas por sua representatividade enquanto um movimento coletivo de resgate da identidade nacional e sua relação com a diversidade étnico-racial.

Em 2008 (Lei nº 11.645)<sup>5</sup>, altera a Lei de 2003 citada, incluindo também o estabelecimento para as diretrizes e bases da educação nacional no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Trata-se da construção e do fortalecimento de ações focadas em práticas cidadãs. A interculturalidade pode ser compreendida, assim, como um processo formativo que implica diretamente em relações humanas de diferentes contextos, com características de formações identitárias diversas, apoiadas em elementos históricos.

---

<sup>4</sup> BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 10.01.2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 07.julho.2020.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 10.03.2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 07.julho.2020.

---

As perspectivas desta troca de olhares propiciam o respeito às diferenças, que também se manifesta por expressões artístico-culturais:

“Esses movimentos sociais e educacionais propõem uma convivência, no sentido de construir referenciais epistemológicos pertinentes, e dessa forma o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o "outro", construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos” (FLEURI, 2003).

A construção dos núcleos permite, no longo prazo, não somente sua institucionalização por meio de uma educação transdisciplinar que contemple o tripé ensino-pesquisa-extensão, mas no papel de uma formação cidadã, por meio do trabalho que realiza nas Universidades e Institutos Federais do Brasil. Boaventura de Sousa Santos (2004) amplia e valoriza as ações extensionistas, destacando seu importante papel nas Instituições de ensino:

“A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público; o setor privado” (SANTOS, 2004, p. 54).

A viabilidade de construção de uma educação que incentive projetos de extensão no âmbito acadêmico, por meio de conceitos e valores interculturais, traz possibilidades e caminhos de conhecimento interpessoal, democráticos e simbólicos, envolvendo servidores, estudantes e a sociedade.

A comunicação pública, neste contexto, representa não apenas o que é desenvolvido nas instituições, mas envolve os atores sociais no reconhecimento de sua valorização, e no aspecto coletivo de criticidade e conscientização social. Brandão (2006) destaca o conceito de comunicação pública atrelada a comunicação científica, quando acrescenta que está no contexto das discussões que se referem ao planejamento de questões públicas, com o intuito de contribuir para mudanças de hábitos dos atores sociais, como em relação às decisões políticas sobre debates científicos que interferem diretamente na vida do cidadão.

Nesta proposta pretende-se trabalhar com operadores teóricos que contemplem os conceitos abordados. Como colocado, a possibilidade de analisar a relação entre comunicação pública, educação transdisciplinar e interculturalidade como elementos

---

essenciais ao desenvolvimento do planejamento institucional, pautados em um processo de participação social e construção democrática.

### **Metodologia**

Este trabalho possui caráter de análise quantitativa e qualitativa, com o objetivo de interpretação do fenômeno por meio de dimensões sociais, culturais e subjetivas que constituem os fatos a serem levantados pelo pesquisador (SOUZA; BRANCO; OLIVEIRA, 2008).

Utilizou-se ainda como técnica de exploração qualitativa, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Consiste em três fases específicas: a primeira é a pré-análise do material com leitura flutuante do conteúdo; a segunda é a exploração do material com a realização da leitura em profundidade; a terceira fase é o tratamento dos dados obtidos – assim é possível fazer inferências e interpretar os resultados do trabalho realizado. Foi conduzido estudo exploratório para conhecer os possíveis temas que poderiam ser encontrados (BARDIN, 2011).

O objetivo é abordar por meio de aspectos quantitativos, mas principalmente qualitativos algumas ações e práticas propostas e realizadas pelo NEABI-IFPR, no contexto elencado, de maneira que se possa refletir sobre sua essencialidade enquanto núcleo institucional, que além de trabalhar conceitos ligados às valorizações culturais da identidade nacional, enriquece aspectos de participação entre os atores sociais em uma via de mão-dupla.

O projeto de extensão “Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade”, do Campus Curitiba da Instituição é trazido como um rico exemplo do possível desenvolvimento das práticas educacionais propostas, que contemplem os aspectos transdisciplinares e que propiciam práticas interculturais por meio da comunicação pública.

### **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) – Instituto Federal do Paraná (IFPR)**

A proposta de uma educação pública de qualidade torna-se um desafio complexo, no contexto colocado, neste trabalho, pois pensar o significado da palavra pública requer reflexões, primeiramente, assim como planejamentos que concretizem a ideia de acesso,

---

coletividade, de inclusão, de respeito às diversidades, de contemplar a sociedade entendendo suas necessidades.

Segundo a política de comunicação<sup>6</sup> (2013) apresentada pelo Instituto Federal do Paraná, o princípio básico destacado da comunicação organizacional realizada no âmbito de uma instituição pública é o da comunicação pública, que objetiva formar espaços públicos e fluxos contínuos de informação entre os atores sociais, por meio da coletividade e do diálogo.

Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva da cidadania na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no entendimento dos interesses da instituição e de seus gestores.

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPP) do IFPR é um dos exemplos de planejamento institucional da comunicação pública, que objetiva a estruturação e o desenvolvimento de políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa e científica aplicada, e inovação em toda a rede formada pelos *campi* da Instituição.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), presentem em 26 *campi*, têm o papel institucional de incentivar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, e de etnias indígenas, assim como para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Como relações-públicas da Instituição, também integro o NEABI – Campus Irati.

A criação dos NEABIs faz parte da proposta do Conselho Nacional de Educação de acordo com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, com referência a legislação que preceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Os NEABI do IFPR vêm aumentando sua participação institucional em um processo de desenvolvimento de suas práticas, assim como incentivando a comunidade acadêmica e externa a conhecerem mais o trabalho proposto pelo Núcleo.

Por meio da realização de eventos (internos e externos), projetos (ensino, pesquisa

---

<sup>6</sup>Instituto Federal do Paraná. Política de Comunicação. Curitiba. 2013. Disponível em: < [http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA\\_COM\\_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf)>. Acesso em: 5 jan.2020.



---

e extensão), atividades complementares e ações que valorizam sua atuação em um movimento constante com uma educação inclusiva e democrática, objetiva representar a Instituição de maneira ampla e dialógica.

Além das atividades presenciais, está nas redes sociais digitais dos campi e nos canais oficiais de comunicação, divulgando suas ações de forma contínua e de acordo com o contexto nacional, com temas que contemplem discussões sobre o racismo, o preconceito contra povos indígenas, e tantas outras pautas essenciais para a construção de novos saberes, e respeito às culturais, entre outros.

### **Projetos de Extensão – NEABI (IFPR)**

Desde 2018, o NEABI do IFPR vem desenvolvendo ações de formas diversas, em todos os campi da Instituição, representado por seus membros.

Representantes que participam da composição dos NEABI destacam a relevância do núcleo enquanto um meio essencialmente participativo e coletivo. Sua formação como espaço de trocas de conhecimento e consciência social dos atores envolvidos, sejam eles integrantes da comunidade acadêmica ou externa, é um dos elementos que conceitua sua ação no processo de comunicação e educação institucional. “Os NEABI no IFPR por meio das tantas atividades que vêm realizando significam um aprimoramento assertivo a respeito de temas envolvendo a formação da identidade nacional”, destaca um dos docentes membro do campus Curitiba. Outro integrante do Campus Irati diz que a riqueza dos projetos de ensino, pesquisa e extensão trazem novas perspectivas para construir caminhos educacionais que valorizem a relação da comunicação pública junto às culturas afro-brasileiras e indígenas.

A maioria dos projetos que estão sendo realizados nos *campi* dos núcleos se formaram antes de seu início em 2018. “Existem projetos de extensão que iniciaram em 2015. O NEABI nos agregou de maneira ímpar no planejamento, desenvolvimento e realização das propostas que já contemplavam o debate a respeito das culturas negras e indígenas”, conta outro representante de um dos *campi* do IFPR.

Em sua grande maioria, seus membros já compunham ações que trabalhavam temas a respeito dos objetivos dos NEABI. “Os projetos de extensão cadastrados atualmente no sistema educacional do IFPR (COPE), ligados ao desenvolvimento dos núcleos, se diferenciam dos outros, pois o caráter extensionista destas propostas nos

permitem ir além da sala de aula. Nestas atividades, a intenção é o enriquecimento de uma educação dialógica que permita a criação de espaços coletivos que vislumbrem ações culturais, entre outras, e enriqueçam a temática da afro-brasilidade e indígena; por meio de uma comunicação pública que exemplifica a troca de saberes em um fluxo contínuo”, ressalta um docente que faz parte de um dos projetos realizados pelo campus Paranaguá.

O COPE (Comitê de Pesquisa e Extensão) é formado por servidores da Instituição, que utilizam algumas plataformas virtuais específicas para o cadastramento dos projetos que estão sendo realizados no IFPR.

No ano de 2020, a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Diretoria de Direção, Arte e Cultura (DIEXT) divulgou um relatório institucional<sup>7</sup> referente ao ano de 2019, com informações sobre os NEABI do IFPR. O documento trouxe dados quantitativos e qualitativos sobre as ações desenvolvidas, como eventos e projetos ligados aos núcleos, entre outros. “O Neabi contribui diretamente com o compromisso assumido pelo IFPR no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que indica entre seus valores a educação de qualidade e excelência, ética, inclusão social, respeito às características regionais, visão sistêmica, democracia, transparência, diversidade humana e cultural e valorização das pessoas”, aponta Mônica Luiza Simião Pinto, da diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext) – PROEPP<sup>8</sup>.

Neste momento, destaca-se o quantitativo de eventos internos e externos realizados no ano de 2019, em um total de 51 (cinquenta e um). O mesmo relatório aponta ainda que:

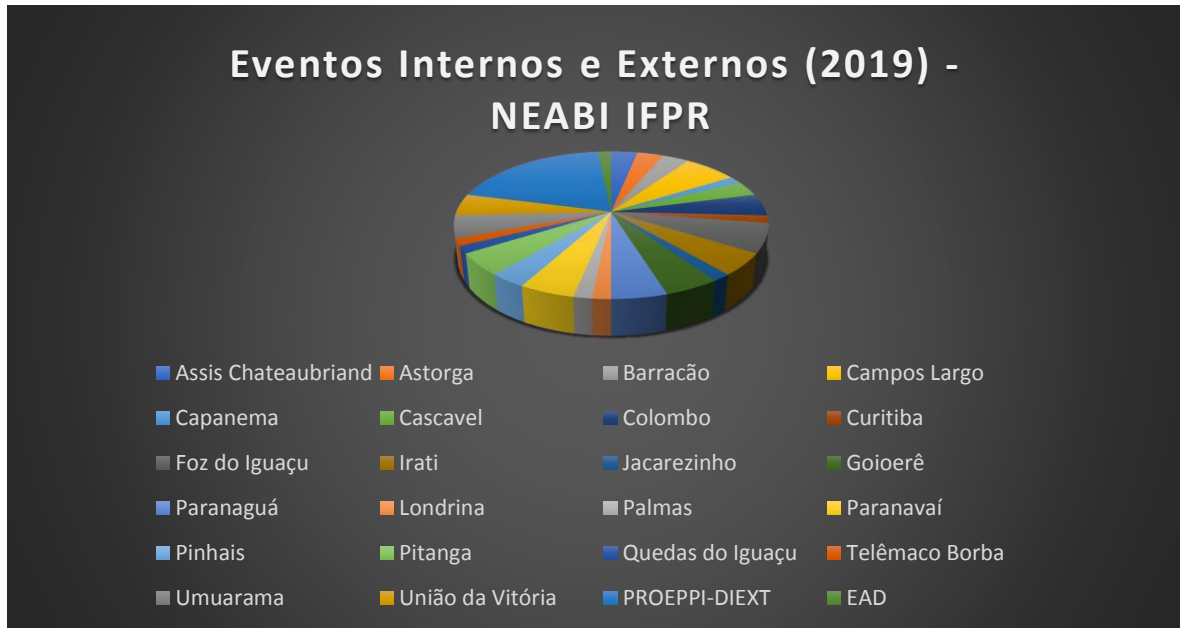
“Com relação aos projetos, encontram-se cadastrados nos Comitês de Pesquisa e Extensão dos *campi* (COPE) 46 (quarenta e seis) projetos vinculados às ações desenvolvidas pelos Neabi, sendo 32 (trinta e dois) projetos de pesquisa, 10 (dez) projetos de extensão e 4 (quatro) projetos de ensino. Destaca-se que cerca de 236 (duzentos e trinta e seis) estudantes estiveram envolvidos com estas ações, 97 (noventa e sete) colaboradores externos e 10.465 (dez mil quatrocentos e sessenta e cinco) pessoas atingidas na comunidade. Foram ainda realizadas 7 (sete) parcerias e/ou convênios para a execução dos projetos” (IFPR, 2019).

A seguir os gráficos que destacam alguns dados quantitativos trazidos pelo relatório de 2019, com relação aos eventos e projetos realizados.

<sup>7</sup> INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatório do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI). Curitiba: 2020. Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-CK\\_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7)>. Acesso em 12. Junho.2020.

<sup>8</sup> IFPR. Neabi do IFPR divulga relatório institucional de atividades. 2020. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>>. Acesso em 05. Agosto.2020.

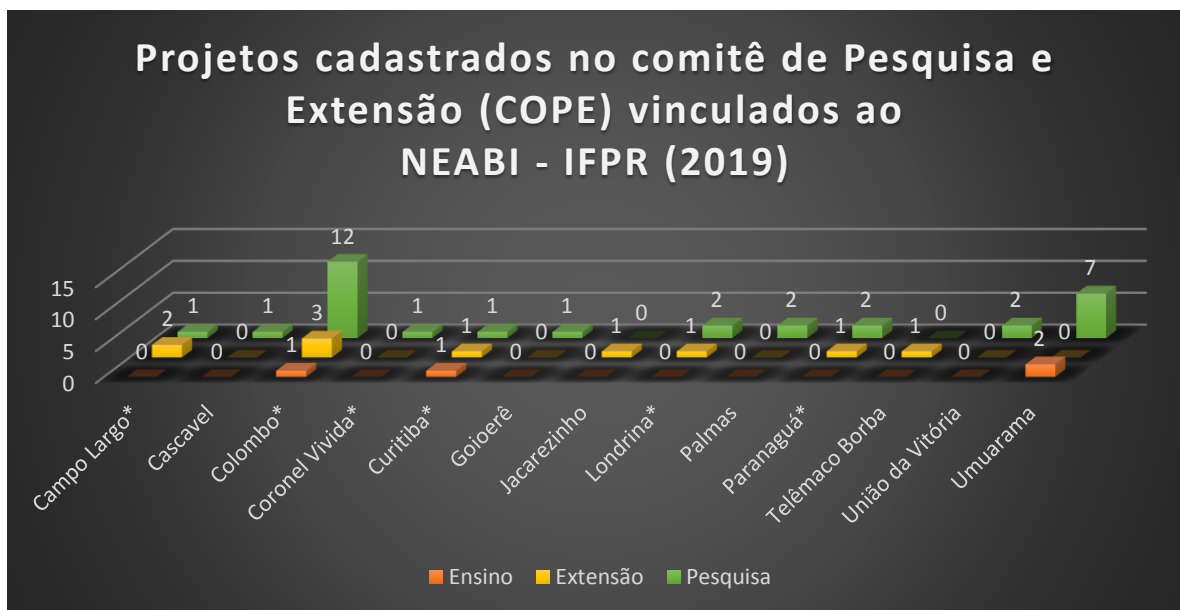
GRÁFICO 01: EVENTOS INTERNOS E EXTERNOS (2019)



Fonte: Relatório Institucional de Atividades do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (2019).

GRÁFICO 02: PROJETOS CADASTRADOS NO COPE VINCULADOS AO NEABI (2019)

Projetos com (\*) foram contemplados com recursos financiados pela PROEPPi



Fonte: Relatório Institucional de Atividades do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (2019).

O projeto de extensão realizado pelo Campus Curitiba: “Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade”, oficializado em 2015 é um exemplo da potencialidade da relação entre comunicação pública, educação e interculturalidade, à medida em que por meio de ações que propõem o desenvolvimento

---

de atividades práticas, inclusivas e coletivas, trabalha conceitos de aspectos interculturais em relação a valorização da capoeira enquanto símbolo afro-brasileiro e histórico de grande representatividade na formação da identidade nacional.

O projeto, que conta com a participação de servidores, discentes do IFPR Campus Curitiba e comunidade externa, se destina a atingir públicos diversos, para além do ambiente acadêmico, por meio da realização de aulas de capoeira. Além do contato direto com os movimentos da capoeira, por meio da realização das aulas, que acontecem fora das dependências do IFPR, o projeto é aberto a todos os públicos.

Nos encontros, o projeto tem por objetivo trazer conceitos históricos a respeito da cultura africana, representada pela história da capoeira. Quem faz a interlocução são os mestres convidados a mediar as aulas, entre outros convidados. A coordenação, formada por servidores do campus realiza o planejamento das atividades de maneira conjunta aos estudantes, com destaque para: participação também em eventos culturais, rodas de capoeira, exposição e premiação de trabalhos de extensão, e divulgação nas redes sociais, a exemplo do facebook.<sup>9</sup>

De acordo com alunos que fazem parte do projeto “o processo de interação enriquecido pelas rodas de capoeira proporciona e enriquece troca de saberes, assim como o fortalecimento de espaços interculturais essenciais para o conhecimento a respeito da cultura africana e sua relação com a identidade nacional”.

O projeto vinculado diretamente ao NEABI enquanto ação representativa da cultura afro-brasileira por seus conceitos e movimentos, se fortalece em reciprocidade à medida em que propõe e realiza prática coletivas e democráticas incentivando os atores sociais a participarem, conhecerem e valorizarem a identidade nacional por outros vieses e perspectivas que potencialmente podem construir novos locais de interação educacional, social e cultural.

A comunicação pública como via de mão-dupla atrelada a uma educação que trabalha o conceito de transdisciplinaridade enquanto a criação de novos espaços, por meio da prática da extensão, pode vir a promover de forma significativa, enriquecedora e democrática o processo intercultural sob o aspecto do respeito às culturas diversas, entre tantos outros conceitos que aborda por meio da educação pública e inclusiva.

---

<sup>9</sup> Facebook. Capoeirando IFPR: Saberes e práticas de um bem cultural. Disponível em: <[https://www.facebook.com/Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Pr%C3%A1ticas-de-um-Bem-Cultural-2178928885457445/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Pr%C3%A1ticas-de-um-Bem-Cultural-2178928885457445/photos/?ref=page_internal)>. Acesso em: 20.agosto.2020.

---

## Considerações

Refletir a respeito de como a comunicação pública pode contribuir enquanto processo de participação social e dialógica, associada a uma educação transdisciplinar no desenvolvimento de ações que contemplem a interculturalidade por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) – IFPR, foi um dos objetivos apresentados neste artigo.

A possibilidade de analisar qualitativamente ações educativas e extensionistas que possam somar para o debate a respeito de temas como os trazidos pelos NEABI, nos permitem não somente analisar o conceito de comunicação pública enquanto promotora de ações democráticas, mas na construção real de caminhos coletivos e participativos, numa troca constante de saberes e aprendizados sobre os temas relacionados às culturas brasileiras, africanas e indígenas, neste contexto abordado.

A partir destas breves colocações e análises apontadas neste trabalho, torna-se possível pensar em aprofundar a discussão sobre o tema, de modo a valorizar a relação entre os eixos teóricos enfatizados, em especial no contexto das instituições públicas de ensino. O IFPR, a exemplo, com o propósito de contemplar a comunicação pública na valorização de práticas dialógicas, democráticas e inclusivas, pode vir a contribuir significativamente para o reconhecimento e promoção da interculturalidade no processo de desenvolvimento de projetos de extensão, como citado.

A educação, neste momento, nos suscita outras maneiras de aprendizagem. Nos mostra como é possível explorar contextos, espaços, vivências e experiências por meio de ações complementares à sala de aula. Para além dos espaços acadêmicos, a educação se alicerça como um local geográfico novo, e simbolicamente como uma representatividade do coletivo e de espaços possíveis para participação dos atores sociais.

No caso dos NEABI, em âmbito de IFPR, o desenvolvimento de suas ações enquanto promotoras de conscientização sobre a temática africana e indígena, relacionadas diretamente à formação da identidade brasileira nos traz clareza de sua relevância para o enfrentamento de tantas outras questões envolvendo o racismo, os preconceitos, e a falta de conhecimento sobre este processo de interseccionalidade cultural, entre outros.

A relação entre comunicação pública e educação na construção de caminhos que promovam a interculturalidade é essencial, e a partir desta explanação teórica e empírica

se torna possível analisar a temática por vieses qualitativos que contribuam para sua valorização e enriquecimento acadêmico, científico e social.

### Referências bibliográficas

BACCEGA, Maria Aparecida. **O consumo no campo comunicação/educação: importância para a cidadania** (p.248-267). In: ROCHA, Rose de Melo; CASAQUI, Vander (Orgs). *Estéticas midiáticas e narrativas do consumo*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Presses Universitaires de France, 2011.

BRANDÃO, E. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, J. *Comunicação Pública: Estado, governo mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. Intercom, 2006. 1 v. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>>. Acesso em: 10 julho. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 10.01.2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 07.julho.2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 10.03.2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 07.julho.2020.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 15 fev.2020.

COLLET, Celia Leticia Gouvêa. **"Quero progresso sendo índio". O princípio da interculturalidade na educação escolar indígena**. Dissertação de Mestrado em antropologia social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. 2001.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**: São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, M. Y. M. **Comunicação e cidadania**. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, no. 23 [citado 2009-03-24], p.16-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 12.julho.2020.

IFPR. **Resolução nº 71, de 21 de dezembro de 2018 – Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná.** Disponível em: <[https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI\\_IFPR-0139417-Resolu%20n%27a7%20a3o-NEABI.pdf](https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI_IFPR-0139417-Resolu%20n%27a7%20a3o-NEABI.pdf)>. Acesso em: Junho.2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Política de Comunicação.** Curitiba: 2013. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA\\_COM\\_2013-revis%20C3%A3o-em-16.12.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%20C3%A3o-em-16.12.pdf)>. Acesso em: 15 maio. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI). Curitiba: 2020.** Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDs zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-\\_CK\\_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDs zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-_CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7)>. Acesso em 12. Junho.2020.

MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública – Interlocação, interlocutores e perspectivas.** São Paulo: ECA-USP, 2011.

MORIN, EDGAR. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** Trad. Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NICOLESCU, Basarab. **Fundamentos metodológicos do diálogo transcultural.** In: CARVALHO, Edgard de Assis; MENDONÇA, Terezinha. Ensaio de complexidade. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 217-232.

PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (orgs.) **Povos indígenas e escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2008b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, T. Y.; BRANCO, A. M. C. U.; OLIVEIRA, M. C. S. L. **Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. 2, p. 357-376, 2008.

TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo funcional AL interculturalismo crítico.** s.l.: s.n., 9 p. Español, 2003. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/12960.pdf>>. Acesso em 25.agosto.2020.

ZEMOR, Pierre. **La communication publique.** Paris; PUF, 1995.